

## O envelhecimento e a velhice no Brasil sob a ótica das *expulsões*, de Saskia Sassen

The aging and old age in Brazil from the *expulsions* perspective, by  
Saskia Sassen

Lissia Stinghen Chagas

Mestranda em História

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

[lissia.chagas@ufpr.br](mailto:lissia.chagas@ufpr.br)

**Recebido:** 13/12/2023

**Aprovado:** 16/07/2024

**Resumo:** Este artigo aplica o conceito de *expulsões* da socióloga holandesa Saskia Sassen na análise das categorias da velhice e dos processos de envelhecimento estudados há mais de trinta anos pela antropóloga brasileira Guita Grin Debert. Para tanto, são utilizados como referencial conceitual o livro de Sassen *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*, de 2016 e o livro de Debert *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento*, de 1999. A partir deles, uma reflexão acerca do processo percebido por Debert como *reprivatização do envelhecimento* (uma tendência nacional e global) é estabelecida trazendo o movimento de *expulsões* analisados globalmente por Sassen para um nível nacional. A complexidade do tema velhice no Brasil — e seus dilemas morais, políticos, econômicos e culturais — é exposta e analisada pela ótica das *tendências subterrâneas* e *afinidades sistêmicas* cujas definições e aplicabilidades conceituais e históricas são exemplificadas pela socióloga como criadoras e sustentadoras dessas *expulsões*.

**Palavras-Chave:** Expulsões; Velhice; Brasil.

**Abstract:** This article applies the Dutch sociologist Saskia Sassen's concept of *expulsions* in the analysis of the categories of old age and aging processes studied for more than thirty years by the Brazilian anthropologist Guita Grin Debert. To this end, Sassen's book *Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy*, from 2016 and Debert's book *The Reinvention of Old Age: Socialization and Processes of Reprivatization of Aging*, from 1999, are used as conceptual reference. From them, a reflection on the process perceived by Debert as the reprivatization of aging (a national and global trend) is established, bringing the movement of expulsions analyzed at a global level by Sassen to a national level. The complexity of the theme of old age in Brazil - and its moral, political, economic, and cultural dilemmas - is exposed and analyzed from the perspective of *subterranean tendencies* and *systemic affinities* whose definitions and conceptual and historical applicabilities are exemplified by the sociologist as creators and sustainers of these expulsions.

**Keywords:** Expulsions; Old age; Brazil.

## Introdução

O aumento da população idosa e o declínio da estrutura familiar tradicional mostram a urgência da ressignificação da gestão da velhice e dos processos de envelhecimento que, enquanto objetos de pesquisa, continuam pouco explorados pelas ciências humanas como um todo (DEBERT, 1999). O presente artigo pretende aplicar o conceito de *expulsões* proposto por Saskia Sassen, socióloga holandesa conhecida por seus estudos sobre globalização, na análise estabelecida pela antropóloga brasileira Guita Grin Debert — pioneira nos estudos da velhice e importante pensadora do assunto no Brasil —, a fim de compreender quais processos estabelecidos para gerir a velhice pelo Estado brasileiro, como os recursos públicos destinados à manutenção da saúde e do bem-estar dos idosos e as políticas públicas formuladas para garantir dignidade e direitos básicos na velhice são percebidos globalmente.

Para tanto, o método de revisão bibliográfica narrativa será utilizado, a fim de aportar esse diálogo entre as duas autoras, na medida que a produção intelectual de ambas é cientificamente relevante e pode ser discutida em confluência. Esse método foi escolhido por permitir uma seleção e uma interpretação mais dinâmica e ligada a subjetividade do autor que está estabelecendo as análises, de maneira a não exaurir os leitores, muito menos de esgotar as possibilidades de diálogos que podem surgir em outras análises dessas autoras (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020). Além disso, e para sustentar as análises aqui realizadas, dados governamentais brasileiros entre os anos 2000 e 2023, servirão como boas exemplificações práticas do que é discutido.

### ***I. Idosos, Estado e Economia: Expulsões no Brasil***

Após dedicar mais de 30 anos aos estudos da velhice e dos processos de envelhecimento, Guita Debert, que nasceu em Santo André, São Paulo, no ano de 1948, há alguns anos se vê atravessada pelo seu objeto de estudos. Pertencente à categoria pessoa idosa, a antropóloga passou a se interessar pelos estudos do cuidado e seus desdobramentos familiares, sociais, geracionais, políticos, culturais e econômicos. Imersa na pesquisa desse tema desde 2010, a intelectual contribui para o enriquecimento desse debate globalmente com publicações em inglês e francês, como *COVID-19 no Brasil: Com quem os idosos poderiam contar?*<sup>82</sup> publicado pela revista francesa *Gérontologie et société* em 2022 e *Migração e o mercado de cuidados ao idoso*<sup>83</sup>, publicado pela revista *Vibrant* de Florianópolis, Santa Catarina, em 2016.

---

<sup>82</sup> Em tradução livre do inglês: COVID-19 in Brazil: Who Could the Elderly Count on?

<sup>83</sup> Em tradução livre do francês: Les migrations et le marché de soins aux personnes âgées.

Ademais, sua contribuição aos estudos do envelhecimento e do cuidado para as ciências humanas brasileiras é bastante relevante, já que traz um olhar antropológico feminista<sup>84</sup> para temas que até pouco tempo atrás eram discutidos apenas pelas ciências da saúde.

Com livros traduzidos em vários idiomas, a socióloga Saskia Sassen, nascida em Haia, na Holanda, no ano de 1947, morou em Roma na década de 1960 com sua família, presenciando as revoltas públicas contra a Guerra do Vietnã (1955-1975). Sua participação nos protestos contra os ataques dos Estados Unidos àquele país foram o gatilho para o ativismo político da futura socióloga, que por ironia do destino, cursou seu tão estimado curso de sociologia na Universidade de Notre Dame, South Bend, Indiana, nos Estados Unidos. Embora tenha tido sua tese sobre a economia política crítica dos Estados Unidos a partir da perspectiva da condição dos negros e latinos rejeitada pela banca examinadora, Sassen manteve seu foco nos estudos sobre esses assuntos e passou a refletir sobre os processos imigratórios, expatriação, migrações, fronteiras, sendo eleita uma das 50 pensadoras globais mais influentes pela *Prospect*<sup>85</sup> em 2014, por popularizar o termo *global city (cidade global)*, explorado em seu livro homônimo de 1991. (SASSEN, 2005).

Em um mundo regido pelo capitalismo, a obsolescência dos seres humanos é cada vez mais palpável. O avanço das tecnologias substitui a mão-de-obra de homens e mulheres por máquinas cada vez mais sofisticadas e eficientes e a expansão do agronegócio limita a sustentação da agricultura familiar, tornando o limiar entre o passado (rural, manual) e o futuro (urbano, maquinal) muito tênue. Mas o que esse exemplo mostra é que a busca incessante pelo crescimento (humano, econômico, tecnológico) provoca de forma sistemática e globalizada a expulsão de indivíduos, povos, economias, etnias e comunidades de seus locais originais (SASSEN, 2016, p.251)

O conceito de *expulsões* de Sassen é criado e promovido em seu livro *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global* — originalmente publicado em inglês em 2014, cuja tradução para o português aqui utilizada como aporte conceitual data de 2016 —, na tentativa de emergir à superfície da compreensão sociológica o fato de que a economia global contemporânea vai além da desigualdade de classes capitalista tradicional e se estabelece como um “sistema orientado para expulsões de tudo o

---

<sup>84</sup> Debert é uma das fundadoras do Núcleo de Estudos de Gênero PAGU, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que iniciou suas atividades em 1993 e hoje é responsável por inúmeras publicações acadêmicas e traduções de textos internacionais sobre o tema. Disponível em: <https://www.pagu.unicamp.br> (Acesso em 17/11/2023).

<sup>85</sup> *Prospect Magazine* é uma revista britânica mensal fundada em 1995 por David Goodhart que trata de assuntos globais, gerais e atuais. Disponível em: <https://www.prospectmagazine.co.uk/politics/policy/immigration/46160/world-thinkers-2014-saskia-sassen> (Acesso em 25/06/2024).

que não se encaixa em sua lógica em evolução” (p. 257), que local ou globalmente, se mostra por meio de um mundo dominado por relações *predatórias* (p. 22).

Isso justifica o uso do livro de Debert intitulado *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento*, de 1999, como referencial, já que nele é mostrado que a terceira idade enquanto categoria social cresce exponencialmente ao nível global. Tal assunto é fruto da dedicação da antropóloga, que se empenha em esmiuçar a velhice enquanto objeto de análise das ciências sociais.

O motivo de ter escolhido tal publicação para estabelecer essa comparação com o conceito de Saskia Sassen se deve ao fato de que nela, Debert analisa interdisciplinarmente a criação da categoria *idoso* no Brasil, gerada a partir de um movimento marcado pelo retorno dos indivíduos com 60 anos ou mais à esfera privada da vida.

No Brasil, proliferaram, na última década, os programas voltados para os idosos, como as “escolas abertas”, as “universidades para a terceira idade” e “os grupos de convivência de idosos”. Estes programas, encorajando a busca da autoexpressão e a exploração de identidades de um modo que era exclusivo da juventude, abrem espaços para que uma experiência inovadora possa ser vivida coletivamente [...]. Contudo, o sucesso surpreendente destas iniciativas é proporcional à precariedade dos mecanismos de que dispomos para lidar com a velhice avançada. A nova imagem do idoso não oferece instrumentos capazes de enfrentar a decadência de habilidades cognitivas e controles físicos e emocionais que são fundamentais, na nossa sociedade, para que um indivíduo seja reconhecido como um ser autônomo, capaz de um exercício pleno dos direitos de cidadania. A dissolução desses problemas nas representações gratificantes da terceira idade é um elemento ativo na reprivatização do envelhecimento, na medida em que a visibilidade conquistada pelas experiências inovadoras e bem-sucedidas fecha o espaço para as situações de abandono e dependência. (DEBERT, 1999, p.15)

Mas como a antropóloga deixa bem claro na introdução de seu livro, esse movimento de reprivatização não parte de um ponto específico para chegar em outro, também definido; pelo contrário, não se sabe ao certo seu ponto de partida e nem onde irá chegar. O que se sabe é que esse movimento gera mais perguntas e dilemas do que respostas definitivas (DEBERT, 1999, p.11).

Entre 1940 e 2000, a expectativa de vida no Brasil aumentou<sup>86</sup> quase 30 anos, revelando demograficamente o crescimento mais que considerável da população idosa. Esse crescimento foi o que intrigou a antropóloga, que se propôs a “descrever os processos por meio dos quais o envelhecimento se transforma em um problema que ganha expressão e legitimidade nos campos das

---

<sup>86</sup> Dados retirados do site da Agência de Notícias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26104-em-2018-expectativa-de-vida-era-de-76-3-anos>. (Acesso em 20/11/2023).

preocupações sociais do momento” (DEBERT, 1999, p.12). O Estado brasileiro, que estava acostumado a gerir cada membro de sua população por uma média de 45 anos, passa então a precisar gerir cada pessoa por mais tempo, sem saber ao certo o que deve ser feito para manter as vidas desses cidadãos que começam a ultrapassar os 70 anos.

A gerontologia surge, em meados da década de 1930, para tentar resolver esse problema social emergente como uma nova área de conhecimento dedicada aos estudos do envelhecimento. A medicina, a enfermagem, a indústria farmacêutica, as terapias ocupacionais, a nutrição e outras áreas voltadas para a promoção da saúde e do bem-estar se unem para institucionalizar esse novo saber e, através dele, desenvolver políticas públicas que preservem a dignidade da população com 60 anos ou mais.

É a partir dos anos 30 deste século, com a emergência progressiva da velhice como problema social, que a reflexão sobre o tema passa a ocupar um espaço maior no interior de disciplinas como a sociologia e a psicologia. Esse interesse leva à criação da gerontologia como campo interdisciplinar de estudos e de pesquisas, cuja legitimidade dá um novo interesse à geriatria, ramo da medicina voltada para a velhice. (DEBERT, 1999, p.196).

Todavia, a tentativa de gerir uma parte da população levando em conta somente a classificação etária não foi o suficiente para resolver o problema social do envelhecimento, pois homogeneizou uma categoria tão diversificada como a categoria mulher, por exemplo, que para além de classificar biologicamente um indivíduo por seu órgão genital, é transpassada por questões como raça, classe social e orientação sexual. A categoria *idoso* passa a representar, dessa forma, apenas um novo recorte na geografia social, sem que suas intersecções sejam consideradas e questões relevantes sejam investigadas a fundo, como os possíveis conflitos gerados na tentativa de homogeneizar essa população que por uma questão etária é incumbida de se identificar com representações da velhice muito distantes de sua realidade (DEBERT, 1999).

O Estado brasileiro, alicerçado nos estudos da gerontologia e nos exemplos adotados por outros<sup>87</sup> países, cria um discurso que promove o autocuidado e a manutenção da saúde individual, para que cada cidadão se torne responsável por seu próprio processo de envelhecimento. Tal narrativa se

---

<sup>87</sup> O termo gerontologia começou a ser utilizado em meados do século XX para se referir a senescência individual e abranger a complexidade do envelhecimento para além do corpo, que era até então o foco de uma especialidade médica chamada geriatria. Além disso, é na década de 1950 que os países da Europa começam a criar suas primeiras sociedades de gerontologia. Somente na década de 1960 a primeira sociedade voltada para os estudos da velhice e do envelhecimento no Brasil, chamada *Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, é inaugurada. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com/acervo/artieop/Geral/artigo15.html> (Acesso em 21/11/2023).

expressa pela publicação de um boletim semestral<sup>88</sup>, produzido pelo Ministério da Saúde, que afirma ser da competência de cada indivíduo manter uma alimentação equilibrada e saudável, não utilizar substâncias nocivas à saúde como fumo, álcool, açúcar e outras drogas, praticar atividades físicas periodicamente e dormir 8 horas por noite para que sua velhice seja uma experiência de retorno aos projetos de vida e desfrute de tudo aquilo que se construiu ao longo de anos de trabalho. O que o Estado negligencia, no entanto, é que o acesso a essas condições de vida regrada e equilibrada não é para todos os idosos, pois não se trata de uma categoria homogênea.

A velhice como uma questão social no Brasil e o idoso como um novo ator político são frutos, segundo a antropóloga, da expansão do capital para áreas não mercantilizadas até meados da década de 1970, o que acarretou a reelaboração das concepções acerca do corpo e da saúde (DEBERT, 1999). Essa redefinição foi responsável por uma associação da saúde com a aparência física e da atribuição das doenças enfrentadas pelos idosos aos seus estilos de vida, estigmatizando aqueles que não foram capazes de promover sua própria saúde ao longo dos anos ou aqueles que, mesmo sabendo das consequências, optaram por não seguir os passos do discurso da saúde e do bem-estar.

Quando não pertencentes a uma classe social privilegiada — que pode garantir tratamentos de saúde adequados e a qualquer momento de forma particular, assim como pode terceirizar vários outros serviços como o cuidado, a limpeza da casa e o preparo de refeições, terapias complementares e procedimentos estéticos —, esses idosos estigmatizados ficam à mercê dos cuidados promovidos pelo Estado, que tem como base o Estatuto do Idoso<sup>89</sup> criado em 2003 com o intuito de garantir os direitos e delimitar os deveres da população com 60 anos ou mais. Entretanto, esses idosos que por variados motivos não conseguem ou não podem sustentar seu bem-estar, dependem das políticas públicas para viverem dignamente e é aí que está o primeiro dilema do Estado brasileiro em relação ao cuidado com a sua população idosa: o alto custo. Sustentá-la requer destinar milhões de reais dos cofres públicos para o pagamento de aposentadorias e pensões, investir na disponibilização de medicamentos de uso contínuo, contratar e manter profissionais de saúde especializados nos cuidados das pessoas com 60 anos ou mais e abrir e manter lares de permanência. Isso sem haver a devolutiva financeira desses cidadãos que deixam de contribuir com impostos (ou altas taxas de impostos<sup>90</sup>) quando

---

<sup>88</sup> Para maior compreensão do discurso do Estado brasileiro em relação à manutenção da saúde da população idosa acesse: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/boletim\\_tematico/saude\\_idoso\\_outubro\\_2022-1.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/boletim_tematico/saude_idoso_outubro_2022-1.pdf) (Acesso em 21/11/23)

<sup>89</sup> Desde 2022 o Estatuto do Idoso passou a ser nomeado Estatuto da Pessoa Idosa. Para mais informações: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.html) (Acesso em 24/11/2023).

<sup>90</sup> Com a Reforma da Previdência em vigor desde novembro de 2019, os aposentados que recebem até um salário-mínimo têm descontados de sua folha de pagamento do INSS um valor de 7,5% sobre sua aposentadoria.

aposentados. Para além desse fato, o número de idosos aumenta consideravelmente a cada década, tornando os custos para manter e gerenciar a velhice e os processos de envelhecimento muito altos e desinteressantes<sup>91</sup> ao Estado.

Todo esse emaranhado aqui exposto tem como intenção demonstrar como o conceito de *expulsões* proposto por Sassen pode ser aplicado em menor escala. A autora compreende este conceito como todos os processos atrelados ao desenvolvimento econômico que de alguma forma selecionam indivíduos em detrimento a outros, marginalizando e excluindo esses outros. Sob uma perspectiva global, como Saskia Sassen se propõe a analisar, esses processos podem ser percebidos nas transformações sofridas pelo capitalismo a partir da década de 1980, resultando num aprofundamento sistêmico de suas relações que extrapolam o que comumente chamamos de classe social (SASSEN, 2016).

[...] Historicamente, os oprimidos com frequência se levantaram contra seus senhores. Mas hoje os oprimidos, em sua maioria, foram expulsos e sobrevivem a uma grande distância de seus opressores. Além do mais, o “opressor” é cada vez mais um sistema complexo que combina pessoas, redes e máquinas, sem ter um centro visível. (SASSEN, 2016, p. 19–20).

Da mesma forma, não há um vilão a ser combatido no processo de expulsão dos idosos da esfera pública da vida, tamanha sua abrangência. Ele perpassa desde os marcadores biológicos responsáveis pelo envelhecimento e deterioramento do corpo que diminui ou torna lenta sua utilidade econômica e política (o que garante sua relevância social e produtiva) até as dificuldades que os idosos enfrentam em acompanhar o desenvolvimento da tecnologia essencial para uma vida inserida numa sociedade capitalista. (DEBERT, 1999).

Ainda, os avanços tecnológicos da medicina são responsáveis por estender e manter a vida até as últimas instâncias, se assim desejarem paciente e/ou entes próximos. Medicamentos, terapias, exames, intervenções cirúrgicas, aparelhos, vitaminas e muitas outras tecnologias estão disponíveis para garantir o máximo de tempo útil para o corpo, o que supostamente deveria nos garantir mais tempo para desfrutar dos prazeres da vida. No entanto, a realidade revela o oposto. Essas tecnologias

---

<https://www.gov.br/inss/pt-br/direitos-e-deveres/inscricao-e-contribuicao/tabela-de-contribuicao-mensal> (Acesso em 24/11/2023).

<sup>91</sup> O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicou, em 2018, uma nota técnica intitulada *O crescimento insustentável dos gastos com previdência e pessoal*, que fala acerca de dois problemas sociais irreversíveis e por isso necessários de reformas legislativas: o crescimento da sociedade de consumo e da longevidade da sociedade. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/180215\\_CC38\\_gasto\\_previdencia.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/180215_CC38_gasto_previdencia.pdf) (Acesso em 24/11/2023).

inovadoras não são acessíveis para a maioria<sup>92</sup> dos idosos brasileiros que esperam por anos nas filas dos hospitais públicos para realizarem procedimentos que promoveriam seu bem-estar, mas que não são considerados emergenciais. Esses idosos doentes, mas não tanto, não são atendidos pelo Estado e precisam da colaboração de familiares e amigos para realizarem suas atividades diárias, demandando cuidados cada vez mais privatizados.

A *Reprivatização do envelhecimento*, conceito cunhado por Debert em seu livro de 1999, diz respeito a esse movimento (promovido pelo Estado brasileiro que se exime e baseado no discurso da gerontologia) de tornar responsabilidade da esfera privada da vida, da família, os cuidados com seus idosos. Mas assim como o Estado, a família brasileira não está preparada para dispensar tempo e recursos neste cuidado. Dados do IBGE de 2020 mostram que mais de 80% dos idosos brasileiros moravam com pelo menos um familiar<sup>93</sup> e/ou agregado. E é preciso levar em consideração que os idosos podem ainda serem produtivos, como é o caso daqueles que recentemente entraram para esta faixa etária e que estão no processo de se aposentar<sup>94</sup>. A aposentadoria, por sinal, é uma das condições que definem o status de idoso, para além da idade cronológica. Os gastos totais com aposentadoria (por idade ou por tempo de serviço) no ano de 2022 no Brasil foi de pouco mais de 5 bilhões<sup>95</sup> de reais, enquanto a população idosa (60 anos ou mais) neste mesmo período era de um pouco mais de 22 milhões<sup>96</sup>. As contas não batem. Se todos os idosos registrados no país naquele ano estivessem recebendo aposentadoria, o montante anual *per capita* seria pouco mais de 200 reais! Esses números (analisados de forma simplista) revelam que muitos idosos não estão recebendo aposentadoria e os que estão, recebem muito pouco para garantirem suas subsistências.

---

<sup>92</sup> De acordo com o Observatório Nacional da Família, em 2020 constatou-se que 69% da população idosa do Brasil tinha renda per capita de até dois salários-mínimos. Mais informações: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/idosos-e-familia-no-brasil.pdf> (Acesso em 28/11/2023).

<sup>93</sup> Dado retirado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, 2020. Mais informações em <https://static.poder360.com.br/2022/07/populacao-ibge-2021-22jul2022.pdf> (Acesso em 28/11/2023).

<sup>94</sup> Segundo a legislação brasileira, é considerada idosa a parte da população com faixa etária a partir de 60 anos. Acesse: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm). Ao mesmo tempo, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que passou por uma reforma em 2019, prevê como regra geral que a idade mínima para a aposentadoria de mulheres seja de 62 anos e a de homens de 65 anos. Acesse: <https://www.gov.br/inss/pt-br/assuntos/noticias/confiras-principais-mudancas-da-nova-previdencia> (Acesso em 28/11/2023).

<sup>95</sup> Dado retirado do Relatório de Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas (2020), feito pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Acesse: <https://www.gov.br/inss/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/6-valores-pagos-em-2022-inss-1.xlsx> (Acesso em 01/12/2023).

<sup>96</sup> Dado retirado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mais informações: [https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm\\_source=ibge&utm\\_medium=home&utm\\_campaign=portal](https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal) (Acesso em 01/12/2023).



## II. Idosos, Cuidado e Mercado de Consumo: Tendências Subterrâneas no Brasil

Como sobrevivem esses idosos brasileiros? Muitos deles continuam no mercado de trabalho. Dados de 2010 apontam que dos poucos mais de 18 milhões<sup>97</sup> de idosos na época, pelo menos  $\frac{1}{4}$ <sup>98</sup> deles (4,5 milhões) continuavam exercendo atividades remuneradas. Além desses, há os que estão institucionalizados por não possuírem renda e nem condições de saúde adequadas para conseguirem trabalhar ou até mesmo por serem solitários e dependentes de cuidado. Ou seja, ao mesmo tempo, em que esses idosos estigmatizados são expulsos da vida social e dos meios de produção por não serem mais úteis, tampouco a esfera privada e familiar da vida está preparada para acolher e manter a vida desses. Este, segundo Debert, é o segundo dilema da gestão da velhice pelo Estado: o cuidado.

O cuidado para Debert é caracterizado pela força de trabalho feminina, imigrante ou migrante, negra e pobre, explorada pelo mercado de consumo que enxerga na população idosa uma nova empresa colonial, substituindo a exploração de bens e matérias-primas e conferindo novas configurações ao trânsito internacional de pessoas (DEBERT; PULHEZ, 2019). Para a antropóloga, este mercado é o responsável por acirrar as questões étnicas, raciais, nacionais e hierárquicas dentro das relações entre quem presta o serviço do cuidado e quem procura e/ou depende deste serviço.

É o caso das instituições de longa permanência para idosos (ILP) no Brasil que, públicas ou privadas, contam com uma mão de obra essencialmente feminina, negra e de classe baixa. Pascale Molinier, psicóloga francesa cuja produção intelectual é utilizada como embasamento teórico e conceitual por Debert tem uma pesquisa publicada em 2014 intitulada *Cuidado, interseccionalidade e feminismo*. Este estudo estabelece uma compreensão das relações de poder étnico-raciais e de gênero entre residentes (idosos dependentes), equipe técnica e cuidadoras que convivem em instituições de longa permanência em Paris, França. Segundo a autora, as cuidadoras são em sua maioria mulheres negras ou latinas. Já as pessoas que recebem o cuidado nestas instituições são em sua maioria mulheres brancas. Além disso, Molinier procura em sua pesquisa entender o significado do cuidado enquanto metodologia científica e o tipo de responsabilidade que isso implica.

A institucionalização dos idosos brasileiros, assim como o movimento de retorno à esfera privada, podem ser analisados sob a ótica da expulsão: eles perdem sua utilidade para o capital e para

---

<sup>97</sup> Dado retirado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mais informações em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/cultura-recreacao-e-esporte/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=resultados> (Acesso em 01/12/2023).

<sup>98</sup> Dado retirado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mais informações em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22957> (Acesso em 01/12/2023).

piorar, tornam-se uma despesa para este. Até a criação de instituições de longa permanência para idosos é um desperdício de capital para o Estado que não tem “porque” investir suas economias em algo que não vai gerar mais recursos para ele a médio e longo prazo. Como citam as economistas Ana Amélia Camarano e Pamela Barbosa, pesquisadoras do *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (IPEA) em *Instituições de longa permanência para idosos no Brasil: do que se está falando?*

[...] a demanda por essa modalidade de cuidados tende a crescer devido ao envelhecimento da população idosa. Além disso, a oferta de cuidadores familiares já apresenta evidências de redução, dadas as mudanças na família, a redução do seu tamanho e a participação maior das mulheres no mercado de trabalho. (CAMARANO; BARBOSA, 2016, p.480).

Embora a institucionalização dos idosos seja uma prática relativamente comum, o estigma social e moral existente nela e até mesmo nas próprias instituições, conhecidos popularmente como asilos, fazem com que o núcleo familiar se torne o maior responsável pelos cuidados com esses idosos.

Deve-se reconhecer, contudo, que tanto família como asilos são instituições idealizadas, e ambas se revelam espaços de disputa de poder entre gêneros e gerações. Além disso, segundo Debert (1999), viver com os filhos não é garantia de respeito, cuidado adequado ou ausência de maus-tratos. A autora cita exemplos de denúncias de violência física contra idosos que são mais frequentes quando diferentes gerações convivem na mesma unidade doméstica. (CAMARANO; BARBOSA, 2016, p.485).

Todavia, enquanto a experiência de institucionalização confere aos idosos que necessitam de cuidados uma dinâmica de sociabilidade e certo nível de escolha e de liberdade, os que ficam sob os cuidados familiares muitas vezes experimentam a solidão, a negligência física e afetiva e a inviabilidade de realizar escolhas porque são dependentes de seus próprios filhos ou parentes. Com isso, é possível estabelecer uma comparação entre as expulsões explicitamente visíveis nas sociedades capitalistas, como o encarceramento, os deslocamentos imigratórios e emigratórios em massa, a pobreza, as execuções hipotecárias e as taxas de desemprego, como exemplifica Sassen em seu livro, com expulsões implícitas e subjetivas que ocorrem globalmente e estão relacionadas ao utilitarismo pregado pelo capitalismo. Um exemplo pode ser compreendido através da inversão das relações de poder estabelecidas na velhice e que se dão entre filhos e pais, jovens e velhos. A medida em que os pais envelhecem e necessitam de cuidados, os filhos (ou parentes próximos, em sua maioria mais jovem) adquirem uma responsabilidade em relação à sobrevivência daqueles que costumavam ser os responsáveis pela sua sobrevivência.

A complexidade disso está no fato de que esses filhos que passam a cuidar de seus pais possuem suas rotinas diárias de trabalho, estudo e cuidados com sua própria família (cônjuge e filhos) e por

vezes acabam por negligenciar os cuidados com os pais idosos porque deixam de atribuir utilidade a esse cuidado, que tende a só aumentar, nunca diminuir (como acontece quando se cuida de filhos) e com isso, marginaliza as identidades individuais desses sujeitos que passam a ser compreendidos apenas por seus corpos enfraquecidos e/ou suas mentes um tanto esquecidas (DEBERT, 1999).

Na tentativa de resgatar essas identidades e com isso a potencialidade utilitária desses sujeitos idosos, um novo mercado de consumo foi criado para atender a este nicho da população que só aumenta. Esse movimento é percebido a nível global a partir da década de 1980 (DEBERT, 1999) e pode ser enquadrado no que Sassen compreende como *tendências subterrâneas*: aquilo que provoca as expulsões, mas que está tão profundamente disseminado que não pode mais ser compreendido pelos termos que nos são familiares, como o capitalismo. Essas tendências são vistas como subterrâneas pela socióloga porque extrapolam as fronteiras geográficas, conceituais e históricas e se globalizam, sendo percebidas em diversos contextos e lugares do mundo (SASSEN, 2016).

Embora na superfície esse *boom* mercadológico voltado para o consumo dos idosos pareça resgatar a vontade de viver, a autonomia e a autoestima desses, o discurso que acompanha esse mercado aqui no Brasil é responsável por criar uma idealização do envelhecimento e da velhice em si que só pode ser atingida por uma minoria. O que se percebe, então, é a expulsão social dos sujeitos que não consomem (porque não têm acesso ou simplesmente porque não querem) a saúde, a juventude, a sexualidade, a virilidade e toda uma gama de produtos e serviços que mantêm os idosos ativos e produtivos, mesmo que seja para si mesmos.

A velhice nas revistas não é, portanto, a fase mais dramática da vida, nem o momento em que o velho é relegado ao abandono, ao desprezo e ao desdém. As revistas tratam de criar um novo ator, definindo um novo mercado em que a promessa da eterna juventude é o subtexto através do qual um novo vestuário, novas formas de lazer e de relação com o corpo, com a família e com amigos são oferecidos. Não há espaço para imagens da doença, da decadência física e da dependência caracterizando o destino dos que envelhecem. Mais do que definir a última etapa da vida, trata-se de impor estilos de vida, criando uma série de regras de comportamento e de consumo de bens específicos que indicam como aqueles que não se sentem velhos devem proceder. (DEBERT, 2000, p.154)

Essas *tendências subterrâneas* observadas nas bases das categorias hegemônicas, são mantidas pelo que a socióloga intitula de *afinidades sistêmicas*, que podem ser imaginadas como uma aliança formada entre as vulnerabilidades (sociais, políticas, econômicas, culturais, entre outras) responsáveis pela manutenção das expulsões, qualificando a complexidade envolvida para que elas ocorram. Da mesma forma, as tentativas do Estado brasileiro de gerir a velhice a partir de representações hegemônicas e

globalizadas de quem é o velho e quais suas demandas vão de encontro com as inúmeras combinações de vulnerabilidades possíveis, que se entrelaçam e fazem com que a experiência do envelhecimento seja única para cada pessoa.

Em *A cidade e a indústria global do entretenimento* (2000), Saskia demonstra as *tendências subterrâneas*<sup>99</sup> que embasam a produção e o consumo de entretenimento e lazer explicitadas na promoção de filmes, peças de teatro, espetáculos de dança, shows, exposições artísticas em museus pelo mundo todo, utilizando um discurso que prioriza expressões culturais em detrimento de outras, moldando e globalizando o consumo, o que se consome e quem consome o lazer e o entretenimento.

No Brasil, a juventude passou a adquirir um valor inquebrantável, muito associada a noção de progresso, rebeldia, criatividade e desenvolvimento somente no início do século XX. Em *A dissolução da vida adulta e a juventude como valor*, artigo publicado por Debert em 2010, a pesquisadora, levando em consideração que os estágios da vida se desdobram de maneira relacional e performática, percebe que a sociedade brasileira passa por um “duplo processo que redesenha os estágios que marcam o envelhecimento e dissolve a vida adulta como uma experiência ou etapa de maturidade, responsabilidade e compromisso” (DEBERT, 2010, p.51).

À medida que a expectativa de vida aumenta, as marcações sociais e culturais etárias sofrem transformações: a infância passa a ser valorizada e protegida e a juventude, assim como a fase adulta, passa a ser mais longa. Ao mesmo tempo, a velhice passa por uma sub categorização conforme as capacidades de autonomia e dependência dos indivíduos, fazendo com que classificações como meia-idade, aposentadoria ativa e terceira idade surjam. Todas essas transformações acabam por diluir os significados que antes categorizavam cada etapa da vida e o mercado de bens e consumo tende a acompanhar e reforçar essa miscelânea etária (DEBERT, 2010, p.52).

A indústria global do entretenimento é responsável por moldar e globalizar a ideia da velhice perfeita, repleta de realizações e livre de qualquer preocupação, bem como do velho perfeito, jovial, saudável, bem-disposto e sorridente desde meados dos anos 1990. Propagandas e telenovelas brasileiras deixam de abordar a imagem dos idosos como vulneráveis e necessitados e passam a mostrá-los, subvertendo essa ideia e agindo como os jovens agiriam e consumindo o que os jovens consumiriam. Isso se reflete nas outras classificações etárias, como no consumo de bens e

---

<sup>99</sup> Aqui utilizo esse conceito que só foi cunhado pela autora mais de uma década depois da publicação de seu artigo citado, na intenção de aplicá-lo na análise de outros temas que não foram elencados por ela.

entretenimentos antes considerados infantis por adultos acima dos 30 anos. Roupas de personagens, brinquedos, desenhos animados destinados às crianças e adolescentes viram alvo de interesse de adultos, bem como festas, sexo, cuidados com o corpo e lazer passam a ser interesse de idosos (DEBERT, 2010, p. 55).

Isso mostra a necessidade de gerir a velhice e o cuidado com os idosos, seja pelo Estado, seja pela família, de maneira flexibilizada, onde as constantes transformações inerentes ao desenvolvimento tecnológico, econômico, social e cultural que dissolve as categorias etárias sejam levadas em consideração. Todavia, classificar a vida por etapas definidas por uma ordem biológica e cronológica do corpo é tentar inscrever cada vez mais a cultura na natureza. A juventude como valor faz com que o envelhecimento seja responsabilidade do indivíduo que sabendo como evitar essa mazela, não se esforçou o suficiente para manter sua saúde, seu consumo e estilo de vida. As tendências subterrâneas observadas nas cidades globais padronizam os corpos, o consumo e o estilo de vida de todas as faixas etárias no mundo todo, desvalorizando ou não levando em consideração os aspectos físicos, psicossociais, econômicos, políticos e culturais de cada região do globo. Portanto, a degeneração inevitável do corpo, que gera a dependência e a necessidade de cuidado, atribui ainda mais desvalorização ao envelhecimento, que passa a ser compreendido como um fardo e não como uma fase natural da vida, cercada de empatia e piedade (DEBERT, 2010, p.66).

### Considerações finais

A grande problemática envolvendo as expulsões dos idosos da esfera pública da vida social brasileira e seu não-lugar na esfera privada da vida familiar, ou como Guita Debert chama, *reprivatização do envelhecimento*, é que esse fluxo não pode ser transformado porque a vida é finita e sempre nasceremos, cresceremos e morreremos. A velhice pode ser prolongada, mas não há tecnologia conhecida que nos permita ser jovens para sempre, o que faz dela um dos maiores problemas sociais da atualidade. Afinal, quem cuidará dos nossos idosos nas próximas gerações?

No Brasil, desde o início do século XXI, algumas mudanças políticas que expandem as margens etárias aconteceram, como a criação do nono ano do ensino fundamental em 2005, no intuito de aumentar o tempo de convívio escolar e o aumento da idade mínima para se aposentar em 2019, para citar alguns exemplos rápidos. Mais uma vez, a globalização faz com que a tendência seja a ampliação do tempo em que os indivíduos precisarão se dedicar ao trabalho. Quanto mais vivermos, mais

trabalharemos e mais consumiremos, fazendo com que a máquina capitalista neoliberal continue funcionando, corpos continuem sendo expulsos em detrimento de outros e valores como a juventude a todo custo se perpetuem.

Muitos avanços aconteceram na forma como o Estado brasileiro e a sociedade civil passaram a gerir a velhice e os processos de envelhecimento, mas a *conspiração do silêncio* em torno dessas questões amplamente discutidas pela filósofa feminista francesa Simone de Beauvoir em 1970 em seu célebre *A velhice* (traduzido para o português em 1990), ainda se faz presente, fazendo de sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, historiadores, psicólogos e até gerontólogos, geriatras, economistas e cientistas de dados os principais responsáveis por conferir ao tema a relevância e urgência que ele pede. Desta forma, unindo forças ao sopro de impulso ainda tímido neste caminho longo a ser desbravado pelas ciências humanas e todas as outras, esse artigo entra para um pequeno *rol* de reflexões acerca da velhice e dos processos de envelhecimento no Brasil e espera despertar o interesse de outros cientistas, pesquisadores, estudantes e curiosos intelectuais sobre o tema.

## Referências

- BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- CAMARANO, Ana Amélia; BARBOSA, Pamela. **Instituições de Longa Permanência para Idosos no Brasil: do que se está falando?** In.: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira. Política Nacional do Idoso: Velhas e Novas Questões. Editora Ipea. 2016.
- CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. **Métodos de Revisão Bibliográfica nos Estudos Científicos**. Belo Horizonte. Psicologia em Revista, v. 26, n. 1, 2020, p. 83-102.
- DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 1999.
- DEBERT, Guita Grin. **O Significado da Velhice na Sociedade Brasileira**. São Paulo. Acta Paul Enf., v. 12. Número Especial. Parte I, 2000, p. 147-158.
- DEBERT, Guita Grin. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. Porto Alegre. Horizontes Antropológicos, ano 16, n. 34, 2010, p. 49-70.
- DEBERT, Guita Grin.; PULHEZ, Mariana Marques. **Desafios do cuidado: gênero, velhice e deficiência**. Campinas, São Paulo. Unicamp/IFCH, 2ª ed. 2019.
- MOLINIER, Pascale. **Cuidado, interseccionalidade e feminismo**. São Paulo. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v.26, nº1, 2014.
- SASSEN. Saskia. **A cidade e a indústria global do entretenimento**. In: Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized society. São Paulo, SP: SESC/WLRA, 2000.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016, p. 9-97.

SASSEN, Saskia. **Sempre uma Estrangeira, Sempre em Casa**. Tradução de Alberto L. C. de Farias. In: Laboratório de Estudos de Teoria e Mudança Social (blog do Labemus), 2019. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2019/07/15/sempre-uma-estrangeira-sempre-em-casa-por-saskia-sassen/> (Acesso em 25/06/2024).